



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a fase de planejamento e tem como objetivo principal estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O direito à saúde constitui direito social assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo reconhecido como direito de todos e dever do Estado, conforme estabelecem os artigos 5º, 6º e 196. Sua efetivação ocorre por meio da implementação de políticas sociais e econômicas voltadas à redução do risco de doenças e de outros agravos, bem como à garantia de acesso universal e igualitário às ações e serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde.

No âmbito das políticas públicas de saúde, a assistência terapêutica integral, inclusive a assistência farmacêutica, integra o campo de atuação do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme previsto no art. 6º da Lei nº 8.080/1990, que também atribui ao sistema a responsabilidade pela formulação e execução da política de medicamentos e outros insumos essenciais à manutenção das ações de saúde.

A rede municipal de saúde necessita manter o abastecimento regular de medicamentos destinados ao atendimento da população nas Unidades Básicas de Saúde, nas farmácias públicas e nas unidades hospitalares, garantindo a continuidade dos tratamentos e a adequada resposta às demandas assistenciais. A disponibilidade contínua desses insumos é indispensável para evitar interrupções terapêuticas, agravamento de quadros clínicos, aumento de internações e sobrecarga nos serviços de saúde.

Adicionalmente, a Administração Pública deve assegurar o cumprimento de determinações judiciais que impõem o fornecimento de medicamentos a pacientes, exigindo a adoção de mecanismos eficientes e planejados de aquisição, gestão de estoque e distribuição, de modo a garantir o atendimento das decisões judiciais dentro dos prazos estabelecidos.

Nesse contexto, a contratação para aquisição de medicamentos mostra-se essencial para assegurar a continuidade da assistência farmacêutica no município. A adoção do sistema de fornecimento de medicamentos de “A a Z”, com base na tabela de preços regulados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante a aplicação de percentual de desconto sobre os preços máximos estabelecidos, apresenta-se como solução eficiente e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

A utilização da tabela regulatória da CMED proporciona maior previsibilidade e transparência na formação dos preços, uma vez que estabelece limites máximos para comercialização de medicamentos no território nacional. Esse modelo de contratação permite maior flexibilidade para atendimento das demandas da rede municipal de saúde, possibilitando a aquisição de diferentes medicamentos conforme as necessidades assistenciais que surgem ao longo do período de execução contratual, além de favorecer o planejamento das aquisições e a adequada gestão dos estoques.

Destaca-se ainda que o planejamento da presente contratação observa os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere ao planejamento das contratações públicas, à busca pela eficiência administrativa, à economicidade e à adequada aplicação dos recursos públicos, assegurando que a aquisição atenda de forma efetiva às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Dessa forma, a aquisição de medicamentos mostra-se medida indispensável para garantir a continuidade das ações e serviços de saúde prestados à população, assegurar o acesso aos tratamentos necessários e promover o adequado funcionamento da rede municipal de assistência farmacêutica.

Como impactos positivos esperados com a realização da contratação, destacam-se: a garantia do abastecimento regular das farmácias das Unidades Básicas de Saúde e do hospital municipal; a continuidade dos tratamentos médicos ofertados à população; a redução do risco de desabastecimento e de interrupção terapêutica; a melhoria na gestão e no controle de estoques de medicamentos; a maior eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos por meio da utilização da tabela regulatória da CMED com aplicação de desconto; o cumprimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

adequado de determinações judiciais relacionadas ao fornecimento de medicamentos; e o fortalecimento da qualidade e da segurança da assistência farmacêutica prestada à população do município.

Dessa forma, a presente contratação contribui diretamente para assegurar o acesso da população aos medicamentos essenciais, garantir a continuidade dos tratamentos médicos, o cumprimento das determinações judiciais, evitar situações de desabastecimento e fortalecer a assistência farmacêutica no âmbito do município, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela Lei nº 8.080/1990. Assim, declara-se a viabilidade e a conveniência da contratação, por representar medida indispensável para a adequada prestação dos serviços públicos de saúde e para a efetivação do direito fundamental à saúde.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O objeto da contratação não está previsto no Plano Anual de Contratações (PAC), pois não foi elaborado o planejamento de compras para o ano de 2026.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Justificativa de exigência de documentação para a licitante vencedora

A exigência de apresentação do Alvará Sanitário e da Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE) para a licitante vencedora justifica-se pela necessidade de assegurar que a empresa contratada esteja devidamente regularizada e autorizada pelos órgãos competentes para exercer atividades relacionadas à comercialização e distribuição de medicamentos, garantindo a segurança sanitária dos produtos fornecidos à Administração Pública.

O Alvará Sanitário, expedido pelo órgão de Vigilância Sanitária competente nas esferas federal, estadual ou municipal, comprova que o estabelecimento atende às condições sanitárias exigidas pela legislação vigente, estando apto a realizar atividades relacionadas ao armazenamento, comercialização e distribuição de medicamentos, conforme normas estabelecidas pelos órgãos de controle sanitário.

Já a Autorização de Funcionamento da Empresa (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, vinculada ao Ministério da Saúde, constitui requisito obrigatório para empresas que exercem atividades de fabricação, distribuição, armazenamento e comercialização de medicamentos no território nacional. Tal autorização atesta que a empresa possui condições técnicas, estruturais e operacionais adequadas para atuar no mercado farmacêutico, conforme estabelecido pela legislação sanitária vigente.

Dessa forma, a exigência desses documentos no processo licitatório visa garantir que os medicamentos adquiridos pelo município sejam fornecidos por empresas devidamente autorizadas e fiscalizadas pelos órgãos sanitários competentes, assegurando a qualidade, segurança e procedência dos produtos, bem como a proteção da saúde pública e o atendimento às normas regulatórias aplicáveis ao setor farmacêutico.

3.2 Sustentabilidade

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

3.3 Indicação de marcas ou modelos

Não haverá indicação de marcas ou modelos.

3.4 Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade.

3.5 Da exigência de amostra

Não será exigida amostra.

3.6 Subcontratação

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.7 Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

Não poderão disputar esta licitação:

- I. aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- II. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI. agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição¹; empresas que estiverem em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, Ressalva: É possível a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas com certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei nº. 14133/2021. (TCU, Ac. 8.271/2011-2ª Câmara, Dou de 04/10/2011);
- VIII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item II será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT
001	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS SIMILAR COMUM INJETÁVEIS CONSTANTES NA TABELA CMED. CAMARA DE REGULACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA. AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA. DESCONTO SOBRE O PF. PRECO FABRICA. PRECO DE FABRICANTE PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS	SE	1
002	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS GENÉRICO COMUNS INJETÁVEIS CONSTANTE NA TABELA DE PREÇOS CMED . CAMARA DE REGULAMENTACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA. DESCONTO SOBRE O PF . PRECO FABRICA. PRECO DE FABRICANTE	SE	1

¹ NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" no Pregão em tela.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

	PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS		
003	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO GNERICO.CONSTANTES NA TABELA CMED . CAMARA DE REGULACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA . AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA. DESCONTO SOBRE O PF . PRECO FABRICA.PRECO DE FABRICANTE PARA O ESTADO DE MINAS GERAIS	SE	1
004	FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO SIMILAR. CONSTANTES NA TABELA CMED . CAMARA DE REGULACAO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS DA ANVISA . AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA. DESCONTO SOBRE O PF . PRECO FABRICA. PRECO DE FABRICANTE PARA O ESTADO DE MINAS DE GERAIS	SE	1

Para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, foi prevista a contratação para fornecimento de medicamentos constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, contemplando medicamentos genéricos, similares, genéricos comuns injetáveis e similares comuns injetáveis, mediante aplicação de desconto sobre o Preço Fábrica (PF) vigente para o Estado de Minas Gerais.

A quantidade indicada como “1” refere-se apenas à unidade de referência utilizada para fins de julgamento do maior percentual de desconto sobre a tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, não representando quantitativo físico de medicamentos. O fornecimento ocorrerá conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

O direito à saúde é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece, em seu artigo 196, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nesse contexto, a aquisição de medicamentos mostra-se indispensável para assegurar o adequado funcionamento da rede municipal de saúde, garantindo o acesso da população aos tratamentos necessários, especialmente em situações de urgência e emergência, bem como para o cumprimento de determinações judiciais que estabelecem o fornecimento de medicamentos a pacientes.

A opção pela aquisição de medicamentos no modelo denominado “A a Z”, com base na tabela de preços regulados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante a aplicação do maior percentual de desconto sobre os preços máximos permitidos, apresenta-se como solução eficiente e vantajosa para a Administração Pública.

Esse modelo de aquisição oferece diversas vantagens, entre as quais se destacam:

a) Economicidade na aplicação dos recursos públicos: a adoção de percentual de desconto sobre os preços máximos definidos pela CMED possibilita a obtenção de valores mais vantajosos, permitindo melhor aproveitamento dos recursos públicos destinados à assistência farmacêutica.

b) Ampla disponibilidade de medicamentos: o modelo de fornecimento de “A a Z” permite atender uma ampla variedade de medicamentos, contemplando desde itens básicos de uso contínuo até medicamentos específicos necessários para tratamentos diversos.

c) Previsibilidade e segurança na formação dos preços: a tabela regulatória da CMED estabelece limites máximos de comercialização de medicamentos no país, proporcionando maior transparência e segurança nas aquisições públicas.

d) Maior competitividade entre fornecedores: a disputa pelo maior percentual de desconto estimula a concorrência entre empresas fornecedoras, possibilitando condições mais vantajosas para a Administração Pública.

e) Garantia de qualidade e segurança dos medicamentos: a aquisição de medicamentos com base na tabela regulatória da CMED assegura que os produtos estejam devidamente regularizados e em conformidade com as normas sanitárias estabelecidas pela ANVISA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

f) Melhor gestão de estoques e redução de desperdícios: a possibilidade de aquisição conforme a demanda contribui para maior controle dos estoques e evita desperdícios decorrentes do vencimento de medicamentos.

Dessa forma, a definição do maior percentual de desconto sobre a tabela CMED assegura que os medicamentos sejam adquiridos por valores inferiores aos limites máximos estabelecidos, promovendo economia e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Além disso, a contratação nesse formato permite atender de maneira adequada a diversidade de demandas farmacêuticas do município, incluindo situações emergenciais, variações sazonais de consumo e necessidades específicas de pacientes.

Serão aceitos medicamentos:

1. Medicamento de referência: produto inovador registrado na Anvisa e comercializado no país, cuja eficácia, segurança e qualidade foram comprovadas cientificamente junto à Anvisa, por ocasião do registro. A empresa interessada em registrar medicamentos genéricos e/ou similares deverá utilizar obrigatoriamente o medicamento de referência constante nas listas vigentes disponíveis no site da Anvisa (lista A e lista B), de acordo com os requisitos específicos da RDC 35/2012, que dispõe sobre os critérios de indicação, inclusão e exclusão de medicamentos na Lista de Medicamentos de Referência.

2. Medicamento genérico: aquele que contém o mesmo princípio ativo, na mesma dose e forma farmacêutica, é administrado pela mesma via e com a mesma posologia e indicação terapêutica do medicamento de referência, apresentando eficácia e segurança equivalentes à do medicamento de referência podendo, com este, ser intercambiável. A intercambiabilidade, ou seja, a segura substituição do medicamento de referência pelo seu genérico, é assegurada por testes de equivalência terapêutica, que incluem comparação in vitro, através dos estudos de equivalência farmacêutica e in vivo, com os estudos de bioequivalência apresentados à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Os medicamentos genéricos podem ser identificados pela tarja amarela na qual se lê "Medicamento Genérico". Além disso, deve constar na embalagem a frase "Medicamento Genérico Lei nº 9.787/99". Como os genéricos não têm marca, o que você lê na embalagem é o princípio ativo do medicamento.

3. Medicamento similar: aquele que contém o mesmo ou os mesmos princípios ativos, que apresenta a mesma concentração, forma farmacêutica, via de administração, posologia e indicação terapêutica e que é equivalente ao medicamento registrado na Anvisa, podendo diferir somente em características relativas ao tamanho e forma do produto, prazo de validade, embalagem, rotulagem, excipientes e veículos, comprovada a sua eficácia, segurança e qualidade, devendo sempre ser identificado por nome comercial ou marca.

Estas definições são encontradas no seguinte endereço <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/perguntasfrequentes/medicamentos/conceitos-e-definicoes>

Para a aquisição de medicamentos de "A a Z", conforme tabela CMED, foram avaliadas as seguintes alternativas de contratação:

a. Dispensa de Licitação

Aplicável em situações emergenciais, quando há risco iminente de desabastecimento e prejuízo à saúde pública.

Vantagens:

- Rapidez na contratação.
- Possibilidade de atendimento imediato de situações emergenciais.

Desvantagens:

- Preços potencialmente menos vantajosos.
- Necessidade de justificativa específica e fundamentada.
- Aplicação restrita a situações excepcionais.

Análise: Embora possa ser utilizada em situações emergenciais devidamente justificadas, essa alternativa não se mostra adequada para atendimento contínuo da demanda de medicamentos do município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

b. Pregão Eletrônico Tradicional

Modalidade de licitação que possibilita ampla concorrência entre fornecedores e busca pela obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Vantagens:

- Transparência no processo licitatório.
- Ampla competitividade entre fornecedores.

Desvantagens:

- Necessidade de definição prévia de quantidades fixas.
- Risco de formação de estoques elevados e perda de medicamentos por vencimento.

Análise: Essa modalidade pode gerar dificuldades de gestão de estoque, uma vez que exige definição prévia de quantidades, podendo resultar em desperdício de medicamentos caso a demanda real seja inferior ao previsto.

c. Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP)

Permite o registro de preços para aquisição futura e parcelada de medicamentos, conforme a necessidade da Administração.

Vantagens:

- Flexibilidade na aquisição conforme a demanda real.
- Redução do risco de vencimento de medicamentos.
- Possibilidade de entregas parceladas.
- Melhor planejamento da gestão de estoques.
- Maior eficiência na utilização do espaço físico de armazenamento.

Análise: Esta alternativa mostra-se a mais adequada para atender às necessidades da Administração, considerando que a demanda por medicamentos é variável e depende de diversos fatores, como perfil epidemiológico da população, demandas emergenciais e cumprimento de determinações judiciais. Além disso, muitos medicamentos podem ser fornecidos pelo Estado em determinados períodos, o que reduz a necessidade de aquisição pelo município. Outro fator relevante é que determinados medicamentos são adquiridos para tratamentos específicos de pacientes, podendo ocorrer alteração de prescrição médica, interrupção do tratamento ou outras situações que tornariam inadequada a aquisição em grandes quantidades.

Dessa forma, a utilização do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP) permite maior eficiência na gestão das aquisições, garantindo o fornecimento contínuo de medicamentos conforme a necessidade da rede municipal de saúde, evitando desperdícios e assegurando a melhor aplicação dos recursos públicos.

5.1 Justificativa da Solução Escolhida

Após a análise das alternativas disponíveis no mercado para a aquisição de medicamentos, verifica-se que a realização do Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), com adoção do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre a tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, apresenta-se como a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração Pública. Tal modelo de contratação possibilita maior flexibilidade na aquisição dos medicamentos, permitindo que o município realize compras de forma parcelada, conforme a demanda efetiva da rede municipal de saúde, evitando a formação de estoques excessivos e reduzindo o risco de perdas decorrentes do vencimento de medicamentos.

Além disso, a utilização da tabela regulatória da CMED como referência para formação dos preços garante maior transparência e segurança na contratação, uma vez que estabelece limites máximos para comercialização de medicamentos no território nacional. A aplicação de percentual de desconto sobre esses valores máximos possibilita à Administração Pública obter preços mais vantajosos, promovendo maior economicidade na utilização dos recursos públicos. Outro aspecto relevante refere-se à diversidade e imprevisibilidade da demanda por medicamentos, que pode variar em função de fatores como perfil epidemiológico da população, atendimentos de urgência e emergência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

programas de saúde pública e cumprimento de determinações judiciais. Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços mostra-se especialmente adequado, pois permite que a Administração adquira os medicamentos conforme a necessidade, garantindo maior eficiência na gestão da assistência farmacêutica municipal.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços (SRP), com aplicação de maior percentual de desconto sobre a tabela da CMED, constitui a solução mais vantajosa e eficiente para a Administração, assegurando maior competitividade entre fornecedores, economicidade, transparência e continuidade no abastecimento de medicamentos destinados ao atendimento da população.

Ressalta-se que o item referente ao fornecimento de medicamentos éticos (de referência) constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, com aplicação de desconto sobre o Preço Fábrica (PF), não será objeto da presente licitação. Tal decisão se justifica pelo fato de que o contrato oriundo do pregão eletrônico anterior, que contempla este item, encontra-se vigente e devidamente aditivado, atendendo, no momento, às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, a exclusão do referido item do presente certame observa os princípios da economicidade, eficiência e planejamento, evitando sobreposição de contratações e garantindo a adequada gestão dos contratos administrativos em vigor.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que o objeto consiste no fornecimento de medicamentos mediante aplicação de desconto sobre o Preço Fábrica (PF) constante na tabela CMED, a pesquisa de preços foi realizada por meio do levantamento de percentuais de desconto praticados no mercado em contratações similares, bem como pela análise de parâmetros utilizados em processos licitatórios anteriores e em contratações públicas equivalentes. Os percentuais de desconto da tabela abaixo foram definidos com base em pesquisa de preços realizada pelo servidor Tiago Alves Canedo, matrícula nº 1232, designado pela Portaria nº 01/2026, considerando parâmetros praticados no mercado e em contratações públicas similares.

Ressalta-se que a quantidade indicada como “1” refere-se apenas à unidade de referência para fins de julgamento do maior percentual de desconto, não representando quantitativo físico de medicamentos. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

Assim, o valor efetivo das aquisições será apurado no momento da emissão das ordens de fornecimento, mediante aplicação do percentual de desconto vencedor sobre o Preço Fábrica (PF) vigente na tabela CMED para o Estado de Minas Gerais.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	QUANT	DESCONTO (%) MÍNIMO SOBRE PF – CMED/MG
001	Fornecimento de medicamentos similares comuns injetáveis constantes na tabela CMED – desconto sobre PF	SE	1	45,17%
002	Fornecimento de medicamentos genéricos comuns injetáveis constantes na tabela CMED – desconto sobre PF	SE	1	42,33%
003	Fornecimento de medicamentos genéricos constantes na tabela CMED – desconto sobre PF	SE	1	25,46%
004	Fornecimento de medicamentos similares constantes na tabela CMED – desconto sobre PF	SE	1	34,16%

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), para a aquisição de medicamentos de “A a Z” constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, mediante a aplicação do maior percentual de desconto sobre os preços estabelecidos na tabela CMED para o Estado de Minas Gerais.

A empresa vencedora deverá fornecer ao município medicamentos genéricos e similares incluindo também medicamentos injetáveis genéricos e similares, abrangendo os itens constantes de “A a Z” da lista regulada pela ANVISA, conforme parâmetros definidos na tabela CMED. A adoção desse modelo permite maior flexibilidade na



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

aquisição, possibilitando a compra conforme a necessidade da Administração, evitando desperdícios, reduzindo custos e garantindo o atendimento das demandas da rede municipal de saúde.

A escolha do critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre a tabela CMED visa assegurar maior economicidade e transparência na contratação, permitindo que o Município obtenha preços mais vantajosos e amplie a capacidade de aquisição de medicamentos dentro do orçamento disponível, além de estimular a competitividade entre os fornecedores.

A solução contempla todas as etapas do ciclo de vida do objeto, compreendendo:

- Planejamento da contratação: levantamento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, definição da estratégia de aquisição e elaboração dos instrumentos de planejamento da contratação;
- Processo licitatório: realização do Pregão Eletrônico com ampla competitividade entre fornecedores e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;
- Formalização da Ata de Registro de Preços: registro dos preços e condições de fornecimento, permitindo aquisições futuras conforme a demanda da Administração durante a vigência da ata;
- Fornecimento dos medicamentos: entrega parcelada dos produtos pela empresa contratada, conforme solicitações emitidas pela Administração;
- Recebimento e controle: conferência dos medicamentos recebidos, verificação de conformidade, validade e condições de armazenamento;
- Gestão de estoques: controle, armazenamento e distribuição dos medicamentos às Farmácias das Unidades Básicas de Saúde e ao hospital municipal, garantindo adequada rotatividade dos estoques e evitando perdas por vencimento;
- Utilização e acompanhamento: dispensação dos medicamentos à população atendida pela rede pública de saúde e monitoramento da execução contratual pela Administração.

A contratação também está alinhada ao planejamento das ações da assistência farmacêutica municipal e às diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme estabelecido na Lei nº 8.080/1990, garantindo o abastecimento contínuo das unidades de saúde e o atendimento adequado à população.

Dessa forma, a solução proposta assegura maior eficiência na gestão da assistência farmacêutica, promove o uso racional dos recursos públicos, reduz riscos de desabastecimento e contribui para a continuidade dos tratamentos médicos e para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população do município.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A presente contratação será realizada com julgamento por item, considerando que o objeto é tecnicamente divisível, não havendo prejuízo à sua execução quando adquirido de forma fracionada. Ao contrário, o parcelamento do objeto mostra-se mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que amplia o universo de fornecedores aptos a participar do certame, permitindo que empresas concorram especificamente para os medicamentos que possuem capacidade de fornecimento, o que tende a aumentar a competitividade e possibilitar a obtenção de preços mais vantajosos. A adjudicação por item também favorece a participação de um maior número de empresas do setor farmacêutico, incluindo distribuidores e fornecedores especializados em determinados grupos de medicamentos, contribuindo para a ampliação da concorrência e para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Além disso, considerando que os medicamentos apresentam características específicas quanto ao consumo, armazenamento e prazo de validade, o fornecimento será realizado de forma parcelada, por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo que as aquisições ocorram conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde. Esse modelo de contratação possibilita maior flexibilidade na gestão da assistência farmacêutica, permitindo que a Administração adquira os medicamentos de acordo com a demanda real das Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Municipal, evitando a formação de estoques excessivos e reduzindo riscos de perdas decorrentes do vencimento dos produtos.

Ressalta-se que, embora exista uma estimativa de consumo médio baseada no histórico de utilização dos medicamentos pela rede municipal de saúde, essa demanda pode sofrer variações ao longo do período, em razão de fatores como aumento da procura por determinados tratamentos, ocorrências sazonais de doenças, atendimentos de



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

urgência e emergência e cumprimento de determinações judiciais. Dessa forma, o parcelamento do objeto, aliado à adoção do Sistema de Registro de Preços, mostra-se a alternativa mais adequada para garantir o abastecimento contínuo de medicamentos, assegurar maior eficiência na gestão dos estoques e promover o uso racional dos recursos públicos, evitando desperdícios e garantindo maior eficiência na prestação dos serviços de saúde à população.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a realização da contratação para a aquisição de medicamentos de “A a Z”, conforme os preços regulados pela tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mediante a aplicação do maior percentual de desconto, pretende-se alcançar resultados que promovam maior eficiência na gestão da assistência farmacêutica municipal e assegurem o adequado atendimento das demandas da rede pública de saúde.

Entre os principais resultados esperados, destacam-se:

- **Eficácia:** garantir o fornecimento contínuo e diversificado de medicamentos essenciais para atendimento das necessidades das Farmácias das Unidades Básicas de Saúde e do Hospital Municipal, assegurando assistência adequada à população e contribuindo para a continuidade dos tratamentos médicos.
- **Eficiência:** aprimorar o processo de aquisição de medicamentos por meio de procedimento licitatório competitivo, possibilitando maior participação de fornecedores, melhoria na gestão de estoques e maior agilidade no atendimento das demandas da rede municipal de saúde.
- **Economicidade:** obter melhores condições de compra por meio da aplicação de descontos sobre os preços regulados pela tabela CMED, promovendo a redução de custos e o uso racional dos recursos públicos, sem comprometer a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos adquiridos.
- **Segurança no abastecimento:** reduzir riscos de desabastecimento de medicamentos nas unidades de saúde, garantindo maior regularidade no fornecimento e melhor planejamento da assistência farmacêutica municipal.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A celebração do contrato, bem como a sua gestão, execução e fiscalização será amparada na lei 14.133/2021 e o Decreto nº 10.892 que regulamenta a nova Lei de Licitações, Contratos Administrativos, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Abadia dos Dourados. A fiscalização da execução do contrato e dos serviços prestados será realizada por servidor designado, providenciando as anotações, em registro próprio, das ocorrências relacionadas com a sua execução e gestão, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou defeitos observados.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar (ETP), o mesmo será submetido à aprovação pela autoridade competente e caso aprovado o Termo de Referência será elaborado e será realizada a Licitação por meio de Pregão Eletrônico mediante sistema de registro de preços, através de maior percentual de desconto na tabela CMED/ANVISA – Minas Gerais.

11 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade adequadas ao objeto, devendo ser observadas, ainda, o disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, no que for aplicável.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não se aplica ao objeto em questão.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

As informações levantadas ao longo deste estudo técnico preliminar evidenciaram que a contratação se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se a viabilidade da aquisição de medicamentos de “A a Z”, constantes na tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, vinculada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mediante aplicação do maior percentual de desconto sobre a tabela CMED/ANVISA – Minas Gerais, por meio de Pregão Eletrônico via Sistema de Registro de Preços (SRP). A solução proposta atende diretamente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, especialmente para o atendimento de situações de urgência e emergência, bem como para o cumprimento de determinações judiciais, garantindo maior agilidade na aquisição e disponibilidade dos medicamentos necessários ao atendimento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DOS DOURADOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.593.111/0001-14

população. Além disso, a adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita aquisições conforme a demanda, contribuindo para maior eficiência na gestão de estoques, redução de custos e uso racional dos recursos públicos, ao mesmo tempo em que evita riscos de desabastecimento e assegura a continuidade dos atendimentos médicos essenciais na rede municipal de saúde.

Abadia dos Dourados, 26 de fevereiro de 2026.

Elaborado por: _____

Fernanda Cristina Silva Oliveira Matrícula: 1825

Servidora responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar pela Portaria nº 01/2026

Aprovado por: _____

Leonardo Martins Alves

Secretário Municipal de Saúde.